

## MÉTODOS E RESULTADOS DA AÇÃO INDIGENISTA NO BRASIL (\*)

HERBERT BALDUS

Chefe da Secção de Etnologia, Museu Paulista

### *Métodos*

A ação indigenista no Brasil apresenta-se sob três aspectos, que são: a proteção, a pacificação e a aculturação dirigida.

#### *A Proteção*

No ano de 1500, em seus primeiros contactos com índios dêste País, os descobridores portugueses os trataram bem, “para os mais amansar”<sup>1</sup>. Sua opinião sôbre êles está formulada na seguinte frase de Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Cabral: “Segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser tôda cristã, senão entenderem-nos.”<sup>2</sup>

Tal disposição benévola desapareceu à medida que os colonos avançaram tomando aos indígenas a liberdade e as terras. Convém lembrar, porém, que a Coroa portuguesa tentou sempre proteger êstes contra os abusos e agressões daqueles, embora permitisse, às vêzes, a escravização em casos excepcionais declarados como “guerra justa”<sup>3</sup>.

No tempo do Império surge entre os protetores do índio o eminente estadista José Bonifácio de Andrada e Silva, figura excelsa da Independência, que, pelos seus “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Brasil”, datados de 1823, é tratado por Rondon como precursor e mestre dos realizadores do moderno Serviço de Proteção aos Índios<sup>4</sup>.

Origem e fundação dêste organismo são objeto da recente tese de doutoramento do norte-americano David Hall Stauffer<sup>5</sup> que, depois de referir-se à intensificação da penetração do território indígena durante as duas primeiras décadas da República e analisar o debate em tórno da alternativa entre a pacificação e o extermínio das tribos hostis que agitava, naquela época, jornais e sociedades científicas do País, trata das medidas tomadas pelo Governo Federal para criar, em 1910, o chamado Serviço de Proteção aos Índios.

---

(\*) Comunicação feita no simpósio sôbre “Métodos e resultados da ação indigenista da América” do XXXV Congresso Internacional de Americanistas, México, 21 de agosto de 1962.

Nesta data, então, a ação indigenista no Brasil tomou forma definitiva. Cabeça e alma dela foi, desde o começo, um oficial do Exército que viria a ser marechal e candidato ao prêmio Nobel da Paz: Cândido Mariano da Silva Rondon<sup>6</sup>. Até a sua morte, em 1958, o seu nome se identificara ao do Serviço de Proteção aos Índios. Hoje, continua inspirando a todos os amigos do índio.

Rondon legou à sua pátria quatro normas para a conduta do branco em relação ao índio: "Morrer, se preciso fôr, matar, nunca"; "respeito às tribos indígenas como povos independentes"; "garantir aos índios a posse das terras que habitam e são necessárias à sua sobrevivência"; "assegurar aos índios a proteção direta do Estado"<sup>7</sup>.

Enquanto o primeiro dêstes preceitos exprime o espírito heróico do Marechal da Paz de, na aproximação aos índios, antes sacrificar a própria vida do que a vida dêles, o segundo está de acôrdo com a seguinte declaração feita por Rondon, já ancião, a um jornal do Rio de Janeiro: "A tendência atual é afastar o índio, quanto possível, do contacto pernicioso dos brancos. Já não se compreende a idéia errada de que os índios devem ser incorporados à nossa civilização."<sup>8</sup>

Referindo-se a uma conversa tida com Rondon no mesmo ano, isto é, em 1949, Egon Schaden escreve: "Chegara à convicção de que já não se deveria nacionalizar os índios, o que, afirmava, 'cria problemas graves e desajustamentos', mas preservar as culturas tribais, tomando por base os padrões econômicos de cada uma delas, para se fomentar uma atividade de produção que, sem ser revolucionária, lhes proporcionasse os meios necessários para se integrarem à vida econômica das regiões em que vivem. Não é que o velho General tivesse abandonado os seus princípios positivistas e a sua visão evolucionista das culturas. Mas ponderava que tôda cultura, quaisquer que sejam os seus valores básicos, constitui uma forma legítima de se realizar e exprimir a natureza humana e que, ao contrário do que antes admitira, o abandono de uma cultura tribal e a passagem para o estado de civilização, em vez de constituir um 'progresso', representa uma forma de depauperamento, o sacrifício de um modo mais genuíno de ser homem. Ponderava, mais, que a ação dos poderes públicos sôbre os índios devia, ao lado da integração econômica, promover o que chamava 'o ensino e a alfabetização das línguas indígenas', mas tudo dentro de um plano racional e bem pensado. Da execução dêste se encarregaria o Instituto Indigenista Brasileiro, cuja criação era um dos grandes anseios de sua vida."<sup>9</sup>

Últimamente os métodos da ação indigenista oficial no Brasil apresentam tendência oposta à declarada em 1949. Doze anos mais tarde, isto é, três anos depois da morte de Rondon, o mesmo jornal que publicou as citadas frases do marechal, transcreve uma entrevista do nôvo diretor do Serviço de Proteção aos Índios, segundo a qual a finalidade de sua

política é “transformar o silvícola em *colono* fixado”<sup>10</sup>. E’ preciso mencionar que, enquanto Rondon procurava sempre a colaboração de etnólogos e outros especialistas, falta ao atual Serviço de Proteção aos Índios tôda a acessoria técnico-científica.

Esta mesma falta caracteriza, em geral, também as missões cristãs, embora haja às vêzes, entre os próprios missionários, vocações etnológicas. E’ inegável que desde os primórdios da Colônia, a Igreja, ao lado da Coroa, aparece como protetora dos índios. Controverso, porém, é se sua defesa contra os colonos era mais em proveito do silvícola ou dos próprios padres acusados por aquêles de quererem êles mesmos reservar para si a exploração do braço indígena. Certo é que, quando os missionários eram pelo isolamento, não pretendiam, com isso, conservar a cultura tribal.

As discussões entre os representantes da ação indigenista oficial e as missões religiosas foram inúmeras e veementes, levando à tentativas de substituir aquela por estas. Em 1912, Rondon critica o tratamento dado pelos salesianos aos Borôro<sup>11</sup>. Em 1954 é apresentado à Câmara o Projeto de Lei n. 4.824 propondo a extinção do Serviço de Proteção aos Índios com a transferência das dotações orçamentárias que lhe têm sido asseguradas e dos bens do patrimônio indígena para a responsabilidade das missões religiosas. Darcy Ribeiro, então etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios, defende esta Instituição, confrontando suas realizações com as dos missionários<sup>12</sup>. Procura mostrar todavia, que os últimos e os servidores daquele organismo oficial “podem e devem cooperar mais estreitamente”<sup>13</sup>.

### *A Pacificação*

Na sua defesa, Ribeiro enumera as pacificações realizadas pelo Serviço de Proteção aos Índios, chegando à conclusão de que “a esta obra magnífica de confraternização não se pode acrescentar uma única pacificação que tenha sido efetuada por missões religiosas nos últimos cinquenta anos. Sem uma só exceção, tôdas as pouquíssimas missões existentes atuam junto a tribos que já entraram em convívio pacífico com a civilização”<sup>14</sup>. Convém não esquecer, todavia, os missionários que foram mortos em ação pacificadora como, em 1934, no rio das Mortes, os salesianos Fuchs e Sacilotti<sup>15</sup> e, mais tarde, na região do Guaporé, o beneditino Mauro Wirth.

Morreram êstes padres pelas mãos dos índios porque não tomaram precauções como, por exemplo, o etnólogo Curt Nimuendajú ao atrair os Parintintín<sup>16</sup>. Nesta célebre pacificação, realizada em 1922, estabeleceram-se, primeiro, postos de presentes nos lugares em que havia indícios evidentes de freqüente passagem desta temida tribo tupí. Eram abrigos cobertos de fôlhas de zinco, que defendiam da chuva as miçangas, rou-

pas, facões, machados e outros utensílios. Depois de alguns dias, êsses objetos desapareceram, achando-se em lugar dêles, flechas fincadas no chão. Os índios tinham aceito os presentes, mas sua resposta significava que não confiavam no doador. Êste, por sua vez, repetia sem cessar as ofertas. Os Parintintín, então, acusavam a recepção, armando estrepes com pontas de flechas.

Não se contentaram, porém, com isso. Seu primeiro ataque deu-se pouco mais tarde. Nimuendajú não foi surpreendido. Construía, com folhas de zinco, um sólido barracão que o abrigava e a seus camaradas. Era uma casa forte num ponto estratégico, oferecendo larga vista ao redor e facilitando a defesa. Os índios deram gritos de guerra e atiraram flechas. Não houve reação hostil. Então, com nova gritaria, afastaram-se.

Depois de outro ataque semelhante, Nimuendajú os seguiu, procurando atraí-los com palavras da Língua Geral, faladas brandamente, e oferecendo-lhes machados e facões que tinha nas mãos levantadas. Não obteve êxito. Os índios sumiram.

Com maior ousadia foi feito o terceiro ataque. Logo depois de desfechadas as setas contra o barracão, os agressores forçaram a porteira da cêrca de arame farpado que circundava a casa. Nimuendajú mandou disparar as armas de fogo para o ar. A maioria dos intrusos saiu correndo. Alguns, porém, recuaram sòmente até o lado de fora da cêrca, aí permanecendo a descoberto. Nimuendajú, com palavras amáveis, aproximou-se da porteira e, não sendo atendido, colocou uma bacia com diversos presentes, e retirou-se.

Os índios apoderaram-se da bacia. Outros Parintintín, que estavam separados pelo rio Maici-mirim do local em que Nimuendajú se instalara, começaram a pedir presentes. O pacificador mandou lançar sôbre a água uma bacia cheia de coisas boas. Dois índios tentaram alcançá-la a nado, enquanto um de seus companheiros atirava uma flecha que quase atingiu o seu alvo.

Apesar dêsse comportamento traiçoeiro, Nimuendajú ofereceu uma terceira bacia, e o Parintintín mais valoroso atravessou o rio, apanhou o presente e voltou para os seus.

Assim desenvolveu-se, pouco a pouco, a aproximação mútua. Quando Nimuendajú falou em guaraní foi melhor entendido, pois êsse idioma se assemelha mais do que a Língua Geral ao parintintín.

Um índio, então, mostrou-lhe com gestos mais expressivos, que estava com a barriga vazia. O pacificador mandou buscar farinha de mandioca, comeu primeiro um pouco à vista do faminto, convidando-o a servir-se. Dessa feita Nimuendajú conseguiu entregar a dádiva diretamente em mãos, concluindo, assim, o primeiro capítulo da pacificação.

Podemos observar, por êsse exemplo, serem indispensáveis para aproximar-se de tribos agressivas, não sòmente coragem, sangue frio, inteli-

gência e boa vontade, mas também muitos presentes dados oportunamente e uma casa forte de grande resistência.

### *A Aculturação dirigida*

Thales de Azevedo, analisando, principalmente, fontes jesuíticas, mostra que no Brasil colonial “duas ordens de situações se verificaram na história da conquista espiritual: *a*) a catequese no seio das tribos, *b*) a doutrinação e educação nas vilas e aldeias de tipo de redução. Os princípios norteadores dos dois métodos eram, em termos gerais, os mesmos mas os processos ocorrentes diferiam profundamente em si mesmos...”<sup>17</sup>. Resumindo as informações a respeito da primeira etapa da obra jesuítica entre os índios do Brasil, declara: “Vê-se que, apesar de não reconhecerem o caráter religioso de certas crenças e ritos do gentio, os Jesuítas utilizaram a favor de seus esforços a re-interpretação de cantos, danças, vestes cerimoniais, instrumentos rituais, até a personificação de entes sobrenaturais dos índios.”<sup>18</sup> Referindo-se, depois, aos aldeamentos, escreve: “Quebrados os laços com o meio natural, alterado profundamente o sistema econômico, modificados os padrões de relações inter-tribais e forçada a residência numa aldeia sob disciplina e horários monótonos e rígidos — tudo isto seria suficiente para desorganizar a estrutura social e a cultura dos aborígenes; o que lhes restava já não tinha significados antigos, tanto mais que instituições, *mores* e valores, sistemas de prestígio e de *status*, regras de parentesco e de casamento haviam sido atingidos por severas restrições e proibições.”<sup>19</sup>

Entre as diversas ordens e seitas religiosas atuais, os métodos para introduzir os índios à nossa civilização variam. Em 1934, nas duas missões salesianas entre os Borôro, observei o seguinte<sup>20</sup>: Sangradouro era inteiramente obra dos padres, que edificaram, junto ao seu estabelecimento, uma fileira de pequenas casas de tijolo, para os índios. Na missão Meruri, porém, a aldeia borôro conservou, em parte, a forma tradicional. Tinha, ainda, malocas para alojar, cada uma, várias famílias, ao passo que as casas de Sangradouro davam, em geral, só para o marido, a mulher e os filhos. Trabalhando para a missão nas oficinas, nas construções ou no campo, o Borôro ganhava o mesmo que o trabalhador branco ou prêto na região, podendo, além disso, adquirir parte do sustento pelos meios tradicionais, isto é, pela pesca, caça e coleta de frutos silvestres e pequenos animais. Recebia, porém, dos brancos, a maioria dos víveres. Gostava do fumo e do álcool, mas os salesianos não os forneciam. Embora não mais fabricasse todos os objetos da antiga cultura material, era de admirar como, depois de dezenas de anos de contacto com os padres, conservava, ainda, o grande cuidado e a habilidade de antes, em manufaturar rês de pescar, trançados e tecidos, arcos e flechas bem como múltiplos enfeites. Em presença dos padres, êsses Borôro se vestiam

à européia; mas os homens usavam ainda, por baixo da calça, o estojo peniano, e as mulheres, por baixo do vestido em forma de camisola, seu antigo traje de cortiça. Os rapazes tinham o cabelo cortado à moda dos brasileiros; os adultos preferiam a cabeleira tradicional. Os meninos e meninas trabalhavam, nos dias úteis, alternadamente, na escola e no campo. Para decorar rezas e histórias cristãs, repetiam-nas em cântico inúmeras vezes. Moravam em internato, podendo estar na cabana dos pais somente das onze horas até à uma e meia. Todos haviam recebido nome cristão além do nome indígena. Os padres levavam os alunos de manhã e à noite à igreja, e os adultos educados nas missões iam à missa todos os domingos e feriados. Resumindo: os salesianos procuraram influenciar tanto na cultura material como na espiritual.

Não eram tão contínuos os contactos dos Karajá com os seus missionários. Quando visitei êsses índios do Araguaia, em 1935, os dominicanos vinham catequisando na região, há mais de vinte e cinco anos, e salesianos, batistas e adventistas tinham chegado recentemente. Os últimos fundaram uma missão junto à aldeia de Fontoura, abrindo uma escola. Os outros limitavam-se a visitar os índios esporadicamente. Os dominicanos levavam, além disso, os eventuais alunos para o seu colégio na cidade de Conceição, portanto longe do ambiente nativo. Investiram, depois, os formados, no cargo de chefe da aldeia <sup>21</sup>.

De junho a agosto do mesmo ano passei com o Reverendo Frederick C. Kegel, da *Evangelical Union of South America*, entre os Tapirapé. Enquanto minha rede, dependurada, se misturava às dos índios na maloca maior, o missionário escocês e seu camarada brasileiro moravam num ranchinho especialmente construído ao lado da aldeia. Isto, porém, não quer dizer que o meu companheiro durante o dia não se associasse também aos Tapirapé. Pelo contrário: conversava sempre com êles, participando de alguns de seus trabalhos. Sua obra missionária consistia, apenas, em ministrar remédios, em geral vermífugos, e ensinar canções na língua de sua terra.

Apesar, porém, de serem os métodos de certas missões mais discretos que os de outras, não há dúvida que tôdas elas visam impor-se, mais dia, menos dia, no campo da religião. E' isso uma das características que as distingue do Serviço de Proteção aos Índios, organismo que evita exercer tais influências.

Mas esta abstenção não indica ausência de ideologia. Rondon e grande parte de seus principais colaboradores eram adeptos do positivismo de Augusto Comte o que os fêz encarar os silvícolas como "fetichistas", isto é, representantes dum grau inferior ao nosso, na evolução da humanidade. E' bom lembrar que a etnologia na mocidade de Rondon era evolucionista. A tendência caritativa do culto fundado por aquêle filósofo francês tornou, então, obrigatória a intervenção na vida dos índios a fim de

elevá-los ao nível dos protetores, embora isso estivesse em contradição com um dos “princípios básicos” proclamados pelo Serviço de Proteção aos Índios, isto é, “não intervir para modificar o seu sistema de vida”<sup>22</sup>. Vimos que, nos seus últimos anos, o próprio Rondon, embora recomendasse o isolamento dos índios, cultivava ao mesmo tempo, idéias sobre integração econômica e o ensino em línguas indígenas.

Óbvio é que no início da pacificação se distribuía presentes sem esperar por uma retribuição. Até há pouco tempo, porém, era prática do Serviço de Proteção aos Índios fornecer gratuitamente utensílios, roupa e víveres também a índios há anos pacificados, sendo alguns deles bastante aculturados. Compreende-se, agora, que para desde já familiarizar os índios com o sistema de reciprocidade que caracteriza a nossa vida econômica, convém exigir deles sempre uma espécie de troca, seja retribuindo eles em trabalho ou matéria.

Às tribos, porém, que já vivem em contacto permanente com a sociedade neobrasileira e mesmo mais ou menos nela integradas, a ação indigenista oficial dá ajuda técnica para desenvolver sua capacidade de produção. Assim, vemos hoje índios em certas regiões do Brasil, trabalhando com máquinas agrícolas modernas e criando plantéis de gado de raça<sup>23</sup>.

Moram eles em casas freqüentemente do mesmo tipo que as dos sertanejos da região; às vêzes, superiores até, devido à interferência do Serviço de Proteção aos Índios<sup>24</sup>. Vestem-se, em geral, como os vizinhos neobrasileiros, conservando as mulheres, em certos casos, modas de gerações passadas, como, por exemplo, em grupos kaingáng do sul do País<sup>25</sup>.

Em 1954, o Serviço de Proteção aos Índios mantinha 67 escolas essencialmente idênticas às escolas rurais do Brasil. Diante do desinteresse mostrado, em muitas tribos, tanto por parte das crianças como dos pais, foi elaborado novo padrão de escola, especialmente para as condições culturais de cada grupo local, e com caracteres de um clube de famílias. Desistiu-se, porém, do ensino em línguas indígenas à vista do grande número de idiomas diferentes e do fato de ser cada um deles, com poucas exceções, falado só por um número reduzido de indivíduos<sup>26</sup>.

Naturalmente, nos mais de cem Postos Indígenas distribuídos num país tão vasto e heterogêneo como o Brasil, os métodos de aculturação dirigida variam. Continuam, também, as contradições na ação indigenista governamental, a controvérsia sobre princípios e os contrastes entre êstes e as práticas.

## *R e s u l t a d o s*

### *A Proteção*

Para desgraça dos índios, naquelas imensidões do Brasil, uma política regional e a lei do mais forte se opunham freqüentemente ao poder legis-

lativo e, não raras vêzes, ainda hoje se opõem a êle. O Governo Federal, através do Serviço de Proteção aos Índios, procura defender os silvícolas contra roubos de terras, explorações e matanças. Há, porém, no interior, ainda muitas autoridades e pessoas particulares fazendo e executando suas próprias leis e ficando fora do alcance do poder central <sup>27</sup>.

Um dos maiores e mais conceituados jornais do País, "O Estado de S. Paulo", informou em seu número 26.050, de abril de 1960, que um seringueiro matara mais de trinta índios inclusive mulheres e crianças e que um dos engenheiros responsáveis pela construção da estrada Brasília-Acre foi aconselhado a arranjar metralhadoras na Bolívia sem aguardar, primeiro, um ataque dos índios. Encontra-se, ainda, a mentalidade com que um velho caçador de índios, interrogado, não há muito tempo, se massacravam também mulheres, respondeu: "Matamos tudo, porque índia é pior que bicho, pois tem as unhas venenosas." <sup>22</sup>

Eloqüentes a respeito são os dados demográficos. Confrontando a situação dos grupos indígenas brasileiros, em 1900 e 1957, Darcy Ribeiro mostra "que das 230 tribos relacionadas, 87, ou seja, 37,8%, desapareceram nestes últimos cinquenta anos" <sup>29</sup>. Conclui: "A população indígena brasileira, atual, cujo montante se encontra entre um mínimo de 68.100 e um máximo de 99.700, não alcança, mesmo na hipótese mais otimista, 0,2% da população nacional." <sup>30</sup> A esta estimativa feita em 1957 segue a baseada no censo de 1960 que dá a cifra de 67.000 <sup>31</sup>.

Evidentemente, a extinção de tantas tribos em tão pouco tempo não foi feita exclusivamente a bala. O mesmo autor, em estudo apresentado anteriormente, trata da mortalidade de índios provocada pelas doenças que apanharam dos brancos, especialmente gripe, tuberculose pulmonar, sarampo, varíola, malária e blenorragia <sup>32</sup>. E' preciso mencionar, porém, que nos últimos anos a assistência médica dada pelo Serviço de Proteção aos Índios se tornou cada vez mais ativa <sup>33</sup>.

O mesmo organismo oficial luta, embora nem sempre com grande sucesso, em prol das terras dos índios <sup>34</sup>. Entre os bons resultados inclui-se a recente criação do Parque Nacional do Xingu. Lamentável é, por outro lado, que reserva semelhante não tenha sido obtida, ainda, para os índios da Serra dos Dourados, no progressista Estado do Paraná.

### *A Pacificação*

Em 1954, um defensor do Serviço de Proteção aos Índios afirmava com justo orgulho que esta Instituição "chamou à paz, através de métodos persuasórios, tôdas as tribos com que a sociedade brasileira se defrontou na sua expansão, nos últimos 40 anos. Nesta obra perdeu dezenas de servidores, mortos pelos índios, mas manteve sempre a legenda de Rondon: "Morrer se preciso fôr, matar, nunca" <sup>35</sup>.



Acrescenta o mesmo autor: "A realidade, porém, é que a obra de pacificação atende antes às necessidades da sociedade nacional que às indígenas. Através dela extensas regiões habitadas por tribos hostis são pacificamente ocupadas e integradas na economia nacional, enquanto os índios que as dominavam passam a viver numa fração do antigo território tribal. E as exigências para a pacificação de uma tribo não vão além de pertinácia, heroísmo, capacidade de sacrifício, qualidades que o Serviço de Proteção aos Índios soube infundir em seus servidores." <sup>36</sup>

Seja mencionado, aqui, que não muitos anos depois de sua descrita pacificação, os Parintintín, como já aconteceu com numerosas tribos nas mesmas condições, estavam reduzidos, pela introdução de doenças e outros fatores destrutivos, a uns míseros remanescentes. Nimuendajú deplo-rou, então, o seu próprio ato heróico, compreendendo que os índios mais felizes são os que se conservam independentes pelo valor guerreiro e pela inimizade intransigente contra qualquer usurpador de suas terras.

No seu "Relatório sôbre a situação atual dos índios Kayapó", data- do de dezembro de 1958, Moreira Neto observa a respeito da ação do Serviço de Proteção aos Índios: "As pacificações ora em curso na bacia do Xingu ignoram quaisquer pressupostos básicos, apoiados nos dados da experiência, que protejam os grupos tribais dos perigos da desintegração sócio-cultural e dos processos depopulativos por epidemia a que se encontram expostos. Nenhuma dessas atividades prevê, como medida ne- cessária, a garantia às comunidades indígenas da posse dos territórios que ocupam. O que se verifica então é que às próprias equipes de pacificação se associam seringalistas e exploradores de castanhais que vão imediata- mente ocupando as áreas tornadas acessíveis pela atração de grupos hostis. Dessa forma, as atuais medidas pacificadoras serão não só desaconselhá- veis como de todo inconvenientes se se tem em conta os mais elementares interêsses e direitos dos grupos indígenas por elas atingidos." <sup>37</sup>

### *A Aculturação dirigida*

Vimos como, já no Brasil colonial, os aldeamentos dirigidos pelos jesuítas desorganizavam a estrutura social e a cultura em geral dos índios. Nas missões modernas, tais processos de desintegração talvez apresentem alguns aspectos mais suaves por deixarem aos catecúmenos mais liberdade. Por outro lado, a capacidade de aproveitar, para os seus fins, ele- mentos da religião indígena, dificilmente se encontra entre os missioná- rios de hoje. Assim, o sincretismo nas reduções da era colonial parece mais intimamente amalgamado do que o dos neófitos atuais. Entre os Bo- rôro das missões que visitei, o cristianismo e a religião tribal existiam se- paradamente, sendo o culto a Deus, louvado pelos salesianos, compatível com a crença nos demônios herdada dos antepassados, assim como a mis- sa católica com as reuniões para solenizar o banquete dos mortos <sup>38</sup>. Mui-

tos índios educados em internatos cristãos procuram reintegrar-se, depois, na vida tribal; alguns nunca mais deixam de sofrer de sua marginalidade, como o mostra o conhecido exemplo do Borôro Tiago Marques Aipobureu<sup>39</sup>; outros retornam mais facilmente à cultura original.

Também as mudanças forçadas na divisão do trabalho dos sexos nem sempre dão resultado satisfatório. Nas missões salesianas, os homens tinham de carregar a canastra como uma mulher e foram empregados em toda espécie de lavoura, mas, de acordo com sua formação tradicional de caçador, preferiam ocupar-se de animais e não de plantas.

Contraproducente para a aculturação dirigida são as desavenças entre as congregações e seitas. Em 1935, o Karajá aproveitou, em geral, a luta pela salvação de sua alma para obter de todos êsses fanáticos rivais o máximo em presentes. Quando, doze anos depois, descii novamente o Araguaia, não encontrei missionário algum trabalhando nesta tribo, restando em Fontoura apenas uma família para tomar conta das instalações.

Em resumo: a aculturação dirigida pelas missões religiosas, visando o acaboclamento do índio, contribui para sua desintegração social e não consegue, em geral, preservá-lo dos efeitos nocivos da marginalidade.

Êsses resultados assemelham-se aos obtidos pelo Serviço de Proteção aos Índios com a mesma intenção, distinguindo-se deles, porém, por terem os missionários, ainda, concorrido para desenvolver sincretismos, ao passo que a ação indigenista governamental evita intrometer-se na esfera religiosa. Continua, todavia, o papel desintegrador da escola nos Postos Indígenas por obedecer esta, ainda, na maior parte, ao padrão da escola rural brasileira. No que concerne à alfabetização na língua indígena, os etnólogos do Serviço de Proteção aos Índios acham-na desaconselhável<sup>40</sup>.

A mecanização da lavoura dos índios bem como o desenvolvimento de sua criação de gado e indústria extrativa possibilitaram o Serviço de Proteção aos Índios a adquirir, com recursos próprios, maquinária agrícola e atender numerosas necessidades dos Postos Indígenas em diversas partes do País<sup>41</sup>. Naturalmente não se pode conceber um motorista, seja de trator, caminhão ou qualquer outra máquina movida a gasolina ou a vapor, estando completamente nu e morando num abrigo improvisado de algumas fôlhas de palmeira. Nem por isso, numerosas intervenções de servidores do Serviço de Proteção aos Índios no modo de vida de tribos menos ou não aculturadas deixam de ser inconvenientes, sejam elas referentes ao tipo da habitação, à indumentária ou à aquisição de sustento<sup>42</sup>.

A organização social e política é prejudicada quando o agente governamental desrespeita a tradicional liderança do grupo, impondo-lhe como autoridade um indivíduo de seu próprio agrado<sup>43</sup>. Por outro lado, Roberto Cardoso de Oliveira, especificando certas reações na estrutura social dos Terêna e Tukuna, mostra como a presença do Serviço de Prote-

ção aos Índios entre tribos já integradas à vida econômica neobrasileira de suas respectivas regiões pode ter efeito anti-assimilador <sup>44</sup>.

### *C o n c l u s õ e s*

A despeito dos esforços do Serviço de Proteção aos Índios e das missões religiosas no sentido de proteger o índio contra os espoliadores e chacinadores, há, ainda, no Brasil, bastantes tribos isoladas, indefesas e ameaçadas de extermínio. Penso, por exemplo, nos indígenas da Serra dos Dourados, cujo recente descobrimento chamou a atenção do Mundo científico para o fato de haver, num Estado tão desenvolvido como o Paraná, ainda parcelas de terra incógnita. Estão eles, agora, encurralados numa selva na qual avançam, de todos os lados, os colonos, sem que o Serviço de Proteção aos Índios entre em ação.

Mas seriam os seus servidores os protetores ideais? Em relatório que dirigi ao diretor do Serviço de Proteção aos Índios, em 1947, escrevi a respeito deles: “Quase todos eles se parecem com cirurgiões que nunca ouviram falar em anatomia e nunca tiveram bisturi na mão. Ignoram corpo e alma de seus ‘protegidos’ por não serem nem médicos nem etnólogos. Não tendo aprendido a vencer os próprios preconceitos etnocêntricos, fecham-se num complexo de superioridade que, no melhor dos casos, os deixa considerar os índios, ao modo dos missionários, como ‘crianças’. Assim, o encarregado de um Pôsto não consegue ambientar-se e se não é levado e elevado por algum ideal religioso ou científico, facilmente chega a cobiçar dinheiro ou entregar-se à bebida.” <sup>45</sup>

Depois, o Serviço de Proteção aos Índios teve etnólogos de valor como Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira, tendo sido a direção entregue a José Maria da Gama Malcher, amigo do grande indianista Nimuendajú. Hoje nenhum deles pertence mais a êsse organismo governamental, estando a ação indigenista oficial dirigida e orientada por pessoas sem a menor competência etnológica. Aliás, dela também carece a maioria dos missionários.

Convém mencionar, a esta altura, a crítica feita ao Serviço de Proteção aos Índios, em 1960, pelo seu então ex-diretor Malcher. Menciona que já Nimuendajú, em 1941, apontara, como principais causas dos fracassos dessa repartição pública, as verbas insuficientes e irregulares, o exagero burocrático, a falta de auxiliares apropriados e a falta de força para fazer valer os seus princípios em meio hostil. Acrescenta Malcher que a essas quatro causas ainda não eliminadas, mas em certos casos agravadas, juntaram-se a interferência da política partidária e “a corrupção que vai das conhecidas comissões nas compras, à mais desbragada negociata com os bens do patrimônio indígena, inclusive de suas terras” <sup>46</sup>. E conclui: “Se tudo isso não bastasse, a impunidade dos faltosos, a admissão de in-

capazes e o empreguismo, completam o quadro triste. O Serviço de Proteção aos Índios está cada vez mais distanciado das suas finalidades, é um órgão completamente desmoralizado.”<sup>47</sup>

Mais do que nunca, portanto, necessária se torna a criação do Instituto Indigenista Brasileiro preconizado por Rondon. Devia ser um centro de Antropologia Aplicada dedicado à elaboração de “basic survey” e “evaluation” no sentido das pesquisas da UNESCO na Índia<sup>48</sup>. Assim poderia preparar a receptividade às recomendações feitas pelo IV Congresso Indigenista Interamericano e válidas também para o Brasil, das quais sejam citadas as seguintes formulações: “La integración social puede significar la unidad nacional de todos los habitantes de un país, pero no su identidad, ni siquiera su similitud fundamental. Requiere el desarrollo progresivo de ajustes mutuos, pero no la homogeneidad absoluta de toda la población. Acaso debiéramos decir que no es preciso que se eliminen las diferencias culturales que distinguen a un grupo étnico del otro, sino simplemente que las mismas no los separen tan radicalmente; que se desarrollen en mayor grado la comprensión y el entendimiento entre las culturas (o entre las personas de diferentes culturas); que la discriminación social basada en las diferencias étnicas y de las ideologías nacionales formadas o en proceso de formación, deje de existir en la práctica...”<sup>49</sup>

#### NOTAS

1) Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei Dom Manuel (1500) em Herbert Baldus: *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*, São Paulo, 1954, pág. 18.

2) *Ibidem*, págs. 9-10.

3) Cf. o “Memorial acêrca da antiga e moderna legislação indígena” por Manuel Tavares da Costa Miranda e Alípio Bandeira, em *Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro* compilados por Humberto de Oliveira, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, publicação n.º 94, Rio de Janeiro, 1947.

4) Cândido Rondon: José Bonifácio e o problema indígena, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, CLXXIV (1939), Rio de Janeiro, 1940, págs. 867-893.

5) *The Origin and Establishment of Brazil's Indian Service, 1889-1910*. Dissertation, Austin, Texas, 1955. Ms.

6) A respeito de Rondon vid. Herbert Baldus: Cândido Mariano da Silva Rondon 1865-1958, *Revista do Museu Paulista*, N. S., X, São Paulo, 1956-58; Darcy Ribeiro: Cândido Mariano da Silva Rondon, *Revista de Antropologia*, VI, n.º 2, São Paulo, 1958; *idem*: A obra indigenista de Rondon, *América Indígena*, XIX, n.º 2, México, 1959.

7) Ribeiro, 1958, págs. 99-100.

8) Entrevista publicada pelo *Diário Carioca*, em 1-6-1949 (cf. Baldus, 1956-58, pág. 291).

9) Egon Schaden: O problema indígena, *Revista de História*, n.º 42, São Paulo, 1960, p. 455.

10) Entrevista do Tenente-Coronel Tarso de Aquino Vilar, Diretor do S. P. I., transcrita no *Diário Carioca*, de Brasília, de 21-5-61 (cf. Roberto Cardoso de Oliveira: A situação dos Tukunas e a proteção oficial, *Anhembi*, n.º 132, São Paulo, 1961, pág. 475).

- 11) Cândido M. S. Rondon: *Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes*, Officio N. 644, Rio de Janeiro, 1912.
- 12) Darcy Ribeiro: Parecer sôbre o Projeto 4.824. *S. P. I.*, 1954, Rio de Janeiro, 1955, págs. 109-124.
- 13) *Idem*: O Serviço de Protecção aos Índios e as Missões Religiosas. *Ibidem*, págs. 104-108.
- 14) *Idem*: Parecer etc., págs. 113-114.
- 15) Cf. Herbert Baldus: Os Tapirapé, tribo tupí no Brasil Central. *Revista do Arquivo Municipal*, CI, São Paulo, 1945, págs. 70-71.
- 16) Cf. Herbert Baldus: Instruções gerais para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil. *Ibidem*, LXIV, São Paulo, 1940, págs. 255-257; *Idem*: Curt Ni-muendajú. *Sociologia*, VIII, n.º 1, São Paulo, 1946, págs. 47-48. — *Idem*: O problema de atração do indígena brasileiro ao contacto com o branco. *Revista do Arquivo Municipal*, CXLII, São Paulo, 1951, págs. 133-134.
- 17) Thales de Azevedo: Aculturação dirigida: notas sôbre a catequese indígena no período colonial brasileiro. *Anais da III Reunião Brasileira de Antropologia* (1958), Recife, 1959, pág. 90.
- 18) *Ibidem*, pág. 85.
- 19) *Ibidem*, pág. 87.
- 20) Cf. Herbert Baldus: *Ensaio de Etnologia Brasileira*, Brasiliana, CI, São Paulo, 1937, págs. 278, 280, 283, 287, 289-290, 297-298, 303-304, 308.
- 21) *Ibidem*, pág. 309.
- 22) Separata da *Revista do Serviço Público*, setembro de 1943, pág. 29 (cf. Herbert Baldus: Tribos da bacia do Araguaia e o Serviço de Protecção aos Índios, *Revista do Museu Paulista*, N. S., II, São Paulo, 1948, pág. 163).
- 23) Cf. *S. P. I.* 1953, Rio de Janeiro, 1953, *passim*, e *S. P. I.* 1954, Rio de Janeiro, 1955, *passim*.
- 24) *S. P. I.* 1953, pranchas "Habitações de índios Terena" e "Habitação de índios Kaingáng".
- 25) Cf. *S. P. I.* 1954, prancha XIV.
- 26) *Ibidem*, págs. 26-28.
- 27) Roberto C. de Oliveira (Relatório de uma investigação sôbre terras em Mato Grosso, *S. P. I.* 1954, págs. 173-184) mostra, por exemplo, como o Governo do Estado de Mato Grosso desrespeitou, recentemente, por vários modos, a Constituição da República.
- 28) Cf. Herbert Baldus: Os Oti. *Revista do Museu Paulista*, N. S., VIII, São Paulo, 1954, pág. 88.
- 29) Darcy Ribeiro: Culturas e línguas indígenas do Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, II, n.º 6, Rio de Janeiro, 1957, pág. 17.
- 30) *Ibidem*, pág. 47.
- 31) Guía de la población indígena de América. *Boletín Indigenista*, XXI, n.ºs 3 y 4, México, 1961, pág. 182.
- 32) Darcy Ribeiro: Convívio e contaminação. *Sociologia*, XVIII, n.º 1, São Paulo, 1956.
- 33) Cf. *S. P. I.* 1953, págs. 12-14; *S. P. I.* 1954, págs. 28-32.
- 34) José Maria de Paula: *Terras dos índios*. Serviço de Protecção aos Índios, Boletim n.º 1, Rio de Janeiro, 1944; *S. P. I.* 1953, págs. 79-177; Roberto C. de Oliveira: Relatório de uma investigação sôbre terras em Mato Grosso.
- 35) Darcy Ribeiro: O Serviço de Protecção aos Índios. *S. P. I.* 1954, pág. 6.
- 36) *Ibidem*.

- 37) Carlos de Araújo Moreira Neto: Relatório sôbre a situação atual dos índios Kayapó. *Revista de Antropologia*, VII, São Paulo, 1959, pág. 61.
- 38) Cf. Baldus: *Ensaio de Etnologia Brasileira*, págs. 303-304.
- 39) *Ibidem*, págs. 163-186; cf. também Florestan Fernandes: *Mudanças sociais no Brasil*, São Paulo, 1960, págs. 311-343.
- 40) *S. P. I.* 1954, pág. 27.
- 41) *Ibidem*, págs. 40-42.
- 42) Cf. Baldus: Tribos da bacia do Araguaia e o Serviço de Proteção aos Índios, págs. 163-167.
- 43) Como, por exemplo, entre os Kaingáng de Palmas (cf. Baldus: *Ensaio de Etnologia Brasileira*, pág. 308).
- 44) The Role of Indian Posts in the Process of Assimilation. *América Indígena*, XX, n.º 2, México, 1960, págs. 89-95.
- 45) Baldus: Tribos da bacia do Araguaia e o Serviço de Proteção aos Índios, págs. 167-168.
- 46) José Maria da Gama Malcher: *Autocrítica e plano de reorganização do C. N. P. I. e S. P. I.*, outubro 1960, ms., pág. 2. — Ainda em 13 de maio de 1962, o jornal "O Estado de S. Paulo" informa sôbre irregularidades na venda de gado dos índios pelo S. P. I.
- 47) *Ibidem*.
- 48) Cf. Herbert Baldus: Antropologia Aplicada e o indígena brasileiro. *Anhembi*, n.º 119, São Paulo, 1960, pág. 264.
- 49) Darcy Ribeiro y otros: Un concepto sobre integración social. *América Indígena*, XX, n.º 1, México, 1960, pág. 9.

## BIBLIOGRAFIA

## AZEVEDO, THALES DE

1959. Aculturação dirigida: notas sôbre a catequese indígena no período colonial brasileiro. Anais da III Reunião Brasileira de Antropologia (1958). Recife.

## BALDUS, HERBERT

1937. Ensaio de Etnologia Brasileira. Brasiliense, CI. São Paulo.
1939. A necessidade do trabalho indianista no Brasil. Revista do Arquivo Municipal, LVII. São Paulo.
1940. Instruções gerais para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil. *Ibidem*, LXIV. São Paulo.
1944. Problemas indigenistas no Brasil. *América Indígena*, IV. México.
1945. Os Tapirapé, tribo tupí no Brasil Central. Revista do Arquivo Municipal, CI. São Paulo.
1946. Curt Nimuendajú. *Sociologia*, VIII, n.º 1. São Paulo. — Trad. Ingl.: *American Anthropologist*, XLVIII, n.º 2.
1948. Tribos da bacia do Araguaia e o Serviço de Proteção aos Índios. Revista do Museu Paulista, N. S., II. São Paulo.
- 1951a. Um indigenista do Brasil no sudoeste norte-americano. *América Indígena*, XI. México.
- 1951b. O problema da atração do indígena brasileiro ao contacto com o branco. Revista do Arquivo Municipal, CXLII. São Paulo.
- 1954a. Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira. São Paulo.
- 1954b. Os Oti. Revista do Museu Paulista, N. S., VIII. São Paulo.

- 1956-58. Cândido Mariano da Silva Rondon, 1865-1958. Revista do Museu Paulista, N. S., X. São Paulo.
1960. Antropologia Aplicada e o indígena brasileiro. Anhembi, XL, n.º 119. São Paulo.
1962. Was ist seit 1500 aus dem Indianer Brasiliens geworden? Akten des 34. Internationalen Amerikanisten-kongresses, Wien (1960).
- FERNANDES, FLORESTAN**
1960. Mudanças sociais no Brasil. São Paulo.
- MALCHER, JOSE' MARIA DA GAMA**
1960. Autocrítica e plano de reorganização do CNPI e SPI. Manuscrito.
- MOREIRA NETO, CARLOS DE ARAÚJO**
1959. Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó. Revista de Antropologia, VII. São Paulo.
- OLIVEIRA, HUMBERTO DE**
1947. Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro compilados pelo oficial administrativo... Conselho Nacional de Proteção aos Índios, publicação n.º 94. Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, ROBERTO CARDOSO DE**
1955. Relatório de uma investigação sobre Terras em Mato Grosso. S. P. I. — 1954. Rio de Janeiro.
1960. The Role of Indian Posts in the Process of Assimilation. América Indígena, XX. México.
1961. A situação dos Tukunas e a proteção oficial. Anhembi, XLIV, n.º 132. São Paulo.
- PAULA, JOSE' MARIA DE**
1944. Terras dos índios. Serviço de Proteção aos Índios, Boletim n.º 1. Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, DARCY**
- 1955a. O Serviço de Proteção aos Índios. S. P. I. — 1954. Rio de Janeiro.
- 1955b. Os índios e a valorização econômica da Amazônia. Ibidem.
- 1955c. O Serviço de Proteção aos Índios e as Missões Religiosas. Ibidem.
- 1955d. Parecer sobre o projeto n.º 4.824. Ibidem.
1956. Convívio e contaminação. Sociologia, XVIII, n.º 1. São Paulo.
1957. Culturas e línguas indígenas do Brasil. Educação e Ciências Sociais, II, n.º 6. Rio de Janeiro.
1958. Cândido Mariano da Silva Rondon. Revista de Antropologia, VI, n.º 2. São Paulo.
1959. A obra indigenista de Rondon. América Indígena, XIX, n.º 2. México.
- RIBEIRO, DARCY, Y OTROS**
1960. Un concepto sobre integración social. América Indígena, XX, n.º 1. México.
- RONDON, CÂNDIDO MARIANO DA SILVA**
1912. Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Offício N. 644. Rio de Janeiro.
1940. José Bonifácio e o problema indígena. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, CLXXIV (1939). Rio de Janeiro.
- SCHADEN, EGON**
1955. As culturas indígenas e a civilização. Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia (1954). São Paulo.
1960. O problema indígena. Revista de História, n.º 42. São Paulo.

## STAUFFER, DAVID HALL

1955. The Origin and Establishment of Brazil's Indian Service, 1889-1910. Dissertation, University of Texas. — Trad. port.: Revista de História, n.ºs 37, 42-44, São Paulo, 1959-60.

## VÁRIOS AUTORES

1953. S. P. I. 1953. Rio de Janeiro.  
1955. S. P. I. 1954. Rio de Janeiro.  
1961. Guía de la población indígena de América. Boletín Indigenista, XXI, n.ºs 3 y 4. México.